



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Relações Patriarcais de classe, gênero e raça

**DETERMINAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA EM TORNO DA OPERACIONALIDADE DA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:** contradições a partir do perfil das/os usuárias/os.

MARIA DO SOCORRO BATISTA ¹
LIDIANE CAVALCANTE TIBURTINO ²

RESUMO: A relação entre mulheres negras e Política de Assistência Social permeia uma série de contradições, ancoradas na estrutura social brasileira capitalista, racista e patriarcal. Desse modo, fomenta-se a necessidade de problematizar os determinantes em torno dessa relação, bem como a consideração das determinações de raça e gênero na elaboração de respostas da política. Assim, destacamos que o estudo provem de um recorte de pesquisa apresentada como trabalho de conclusão de curso, ano 2020, tratando de uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, sob ótica do materialismo histórico dialético. A saber, identificamos como o conservadorismo ainda é mediador das relações supracitadas.

Palavras-chave: Gênero. Raça. Política de Assistência Social.

ABSTRACT: The relationship between black women and Social Assistance Policy pervades a series of contradictions, anchored in the capitalist, racist and patriarchal Brazilian social structure. Therefore, it is

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Do Rio Grande Do Norte

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte

instigated the need to problematize the determinants around this relationship, as well as the consideration of race and gender determinations in the elaboration of policy responses. Thus, we point out that the study comes from a research cut presented as a course conclusion work, year 2020, and it is a field survey, of a qualitative nature, from the perspective of dialectical historical materialism. Namely, we identified how the conservatism still mediates the aforementioned relationships.

Key-words: Gender; Race; Social Assistance Policy.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se propõe a apresentar um recorte da pesquisa intitulada “O (não) lugar da mulher negra na sociabilidade do capital: uma análise a partir dos atendimentos efetivados no CREAS Chico Bocão e CRAS’s de Patos – PB”, apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, ao curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário-UNIFIP, no ano de 2020. A saber, o processo de elaboração do objeto se coloca articulado ao processo do estágio supervisionado I e II no CREAS Chico Bocão. Desse modo, o processo de observação sistemática revelou uma incidência de mulheres negras tanto nos atendimentos efetivados do serviço supracitado como também nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS’s da cidade, que realizam trabalhos articulados.

Tal processo suscita uma serie de inquietações, a citar: 1. Como se dá a construção histórica da Política de Assistências Social? 2. Quais as contradições postas na constituição da mesma, enquanto Política de Seguridade Social? 3. Qual o lugar do público da Política de Assistência Social na sociabilidade do capital? 4. Quais as implicações históricas do conservadorismo na Política de Assistência Social, em específico para elaboração de respostas particularizadas ao seu público majoritário? Tais questões se articulam à compreensão sobre a particularidade da questão social no cenário brasileiro, considerando os determinantes de raça e gênero no desenho da reprodução ampliada das desigualdades sociais e manutenção do sistema do capitalista.

Sendo assim, cabe referenciar que as contradições em torno da construção da Política de Assistência Social não se expressam isoladamente, mas refletem tanto às determinações estruturais do sistema capitalista, quanto das expressões da particularidade da realidade sócio histórica do Brasil, recebendo destaque o lugar social posto a mulheres negras, dentro de uma sociedade de classes, fundada no escravismo e no patriarcado, marcada por contradições e negação.

Para tanto, busca-se neste estudo analisar as contradições em torno da inserção das mulheres negras na Política de Assistência Social. Assim, cabe ressaltar que a pesquisa como recorte do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado linhas acima, resulta de uma pesquisa de campo, com recurso a abordagem qualitativa dos dados, considerando a mesma como melhor caminho para compreender a realidade que se expressa no âmbito do concreto. Também nos detemos a um aparato bibliográfico que nos norteou para analisar as categorias postas, tais elementos de apreensão da realidade se colocam numa perspectiva de análise ancorada nos pressupostos do materialismo histórico-dialético, considerando a dimensão da totalidade social das relações sociais.

Com relação ao lócus empírico da pesquisa este se coloca no espaço dos CRAS's Geralda Medeiros; Mariana Alves; Capitão Manoel Gomes e Severina Selestina, que estão dentro da Proteção Social Básica -PSB da rede socioassistencial do município de Patos – PB, resultando em um total de 4 (quatro) unidades, sendo campo pesquisa também o CREAS Chico Bocão, que se configura enquanto Proteção Social Especial - PSE dentro da rede socioassistencial do município.

A coleta de dados ocorreu por intermédio de uma entrevista semiestruturada com questões abertas e fechadas que dialogaram com os objetivos do estudo. Ademais, foram entrevistadas 16 profissionais trabalhadoras/es dos serviços CRAS e CREAS, dispersos entre assistentes sociais, psicólogas/os, advogadas/os, orientadoras/es sociais, pedagogas/os e coordenadoras/es.

Ressalta-se que este número de 16 entrevistadas/os se coloca como 64% da amostra inicial que compreendeu o universo da pesquisa, visto o momento de pandemia causada pela COVID-19 e as orientações da OMS, que nos limitaram

acerca de maiores possibilidades de inserção nos campos para produção de dados. Contudo, ressaltamos também que este número de 16 profissionais entrevistadas/os conseguiu abarcar todas as categorias profissionais e os serviços supracitados.

Nesse interim, o artigo busca uma análise tanto do percurso histórico da Política, quanto das contradições postas na estruturação e materialização do trabalho profissional na Política de Assistência Social, evidenciando questões que articulam dialeticamente a conformação de uma série de contradições em torno da efetivação da referida política.

2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS SUJEITOS QUE DELA NECESSITAM

Em análise ao percurso histórico em torno da Política de Assistência Social é válido ressaltar que a assistência social surge no Brasil não diferente do perfil político econômico e social caracterizado pelo cunho conservador posto pela dominação burguesa que orienta o Estado e a conformação da sociedade civil. Assim, esta política tem sua gênese em ações não centralizadas a um direito ou responsabilidade estatal, visto que esta era uma noção ainda distante do aparato do Estado.

Nesse sentido, o enfrentamento a questão social ficava a cargo de organismos de solidariedade. “A assistência social não passava de práticas descontínuas, desarticuladas e benevolentes, da caridade e da “solidariedade” irracional. Essas ações “assistenciais” geralmente eram realizadas pela igreja católica” (CISNE, 2004, p. 36).

Desse modo, somente no período Vargas são promulgados alguns direitos. Cita-se como mais significativa a Carteira de Trabalho, que garantia direitos, sobretudo relacionados à saúde e previdência aos trabalhadores urbanos formais. Nesta lógica, observa-se que a centralidade das ações se volta para os que possuíam emprego formal, afinal eram estes que detinham a força de tencionar o Estado e a burguesia.

Nessa órbita, mesmo diante da consolidação desses direitos, o Estado ainda

se apresentava como negador de responsabilidade com a classe trabalhadora, visto que não se configurava em direitos universais, mas celetistas aos que estavam inseridos no mercado formal de trabalho.

Dessa forma, a “atenção” direcionada aos mais pobres, não inclusos no mercado de trabalho, estava colocada para a Liga Brasileira de Assistência - LBA, inicialmente coordenada pela primeira dama Darcy Vargas, que segundo, Cisne (2004), em estatuto era colocado a garantia sucessiva a presidência às primeiras damas brasileiras, assim, coordenadas por estas com apoio de senhoras da elite brasileira. Ressaltamos que este processo se imbricava com os papéis sociais postos para o feminino, como o cuidado, uma vez que o mesmo se estende do espaço doméstico da casa à atenção externa aos chamados desvalidos.

A pobreza, então, em nenhuma hipótese era vista como resultado de um sistema e razão para que o Estado busque a redução das desigualdades existentes. Era carecida, na verdade, da bondade aos necessitados, vendo-os como responsáveis individuais por sua condição. A LBA, na verdade, representou “a simbiose entre a iniciativa privada e a pública, a presença da classe dominante enquanto poder civil e a relação benefício/ caridade x beneficiário/ pedinte, conformando a relação entre Estado e classes subalternas” (CARVALHO, 2008. p. 17 *apud* SPOZATI et al., 2003).

Nesse sentido, apenas com a constituição de 1988 é que a atenção do Estado aos não inclusos no mercado de trabalho se coloca para além de ações pontuais e fragmentadas, de cunho assistencialista a uma responsabilidade regida por lei, no chamado tripé da Seguridade Social, instituindo Saúde como universal, Previdência aos que contribuem e Assistência Social aos que dela necessitam; isto é, as/os não inclusas/os no mercado formal de trabalho e em situação de pobreza.

Ademais, chama atenção para o estudo o critério chamado “os que dela necessitam”, apontando para a necessidade de se identificar em quais corpos se expressam a necessidade dessa política, isto é, quais os corpos vulneráveis, não inclusos no mercado de trabalho, atravessados pela pobreza, que na referida política encontram uma alternativa.

Nesse sentido, é válido ressaltar que estes sujeitos se inserem em uma

dinâmica dentro de um modelo de sociedade que os coloca na condição de desemprego e pobreza, sociedade esta racista capitalista patriarcal, desenhando o lugar dos sujeitos conforme a raça e o gênero. Em nítidas palavras são especialmente nos corpos femininos e negros que recaem as necessidades oriundas da não inserção no mercado de trabalho e da pobreza.

No tocante as determinações de raça, isso fica nítido quando observamos que, em detrimento a população branca, “o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço” (GONZALEZ, 1984, p. 232). Condições apontadas a situações de pobreza e vulnerabilidade social, marca pelos processos políticos e estruturais da realidade brasileira.

Nesta órbita destaca-se a condição da mulher negra, que além dos rebatimentos construídos pelo racismo também é atravessada pela opressão dada ao feminino, uma vez que esta, “naturalmente”, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Ocupações severamente precarizadas pela informalidade e oscilantes ao desemprego. São nesses processos que se situam os chamados desvalidos a quem a política de Assistência Social abarca, visto seus direcionamentos postos pela condicionalidade da dinâmica estrutural e sociopolíticas.

Nesses termos, é dado concreto em termos nacionais pelos indicadores do Data Social (2015) um quadro de 73,88% de mulheres negras que constituem o público da política de Assistência Social, apontando para um perfil de feminino e negro enquanto maioria na política.

Frente a esta realidade, provoca atenção para compreensão de como este dado e os determinantes em torno do mesmo rebatem no interior da política de Assistência Social do município de Patos- PB e na forma como os profissionais enxergam os usuários dos serviços CRAS' s e CREAS do município. Assim, notamos a fragilização da discussão e da identificação acerca das características das/os usuárias/os, visto a marca das categorias gênero e raça no exercício profissional.

“Eu nunca tinha parado para pensar qual o perfil do público que a gente atende” (Entrevistada 2) *Quem é esse, né? O que é que tem em comum esses indivíduos? [...]*” (Entrevistado 5). Foram inquietações que surgiram ao longo da entrevista, frente às questões que, segundo as/os entrevistadas/os naquele momento, as/os fizeram pensar.

Contudo, embora a reflexão quanto à identidade das/os usuárias/os não seja algo cotidiano, dentro do aspecto empírico não foi possível negar a presença exorbitante do corpo da mulher negra no dia a dia das unidades dos CRAS’s e CREAS de Patos-PB. Assim, das/os profissionais entrevistadas/os, 69% relataram observar que a mulher negra é majoritária entre outros gêneros e outras raças e 31% disseram não observar esta realidade.

Nesse sentido, são observadas as contradições da raça e gênero recaindo fortemente na negação da realidade concreta das mulheres negras, permeando o lugar majoritário na política, contudo a presença dela é dada como tão natural que sequer isso antes era notado. A gravidade de naturalizar é que parece que não há nada de errado aqueles corpos naquele espaço e na condição de pobreza e extrema pobreza.

É como se o corpo da mulher negra, a pobreza e extrema pobreza se camuflassem no imaginário social. Torna-se problemático, porque esta falta de visibilidade transforma os corpos dessas mulheres em a-históricos. Ocorre um negar da condição humana que faria as mesmas serem vistas em outros espaços e, assim, questionar o porquê da predominância na política.

Por estas vias é que o lugar da mulher negra, além de estrutural, é tão fortemente institucionalizado no Brasil. Isto é, tão pouco ou quase nunca tensionado pelas instituições, especialmente e mais grave ainda pelas que representam políticas sociais públicas, visto que ao passo que a política de assistência social abarca massivamente mulheres negras nos seus serviços, é negada a centralidade das categorias gênero e raça nas discussões, a partir da omissão ou mesmo da não identificação da sua própria predominância nos serviços.³

³Ressaltamos que essa discussão não exclui e leva em consideração à importância da política para esse público, sobretudo em um país com grandes índices de desigualdade social, como é o caso do Brasil. Contudo, na presente análise problematizamos que as contradições de gênero e raça dentro da política refletem na fragilidade no tocante aos direitos das usuárias, sobretudo mulheres negras, que apesar de serem o público

3 CONTRADIÇÕES POSTAS NA ESTRUTURAÇÃO E MATERIALIZAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL NA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Compreendemos que as discussões que vislumbram a desigualdade de gênero e raça dentro da política de assistência social, assim como as demais políticas sociais, elencam um processo de desconstrução, tendo em vista a naturalização do lugar da mulher negra no solo da sociedade brasileira, reconstruído e reafirmado pela hegemonia burguesa.

Nesse sentido, para entender a forma como se organiza o interior da política de assistência social, sobretudo, a prática profissional no cotidiano dos serviços, consideramos importante abordar a forma como a política articula o processo de educação permanente dos profissionais, previsto tanto pelas Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS (2009) como nas Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS (2011), bem como no artigo 6º da Lei Orgânica de Assistência Social- LOAS (1993). Assim, esta indagação foi posta a fim de compreender a forma como a política de assistência social se compreende e se posiciona frente às relações patriarcais de gênero⁴ e a estruturação da desigualdade de raça, de modo a visibilizar ou invisibilizar os rebatimentos destas relações nos serviços e no cotidiano das/os usuáries.

De forma unânime, os profissionais ressaltaram a importância de capacitações dentro dos serviços e que, quando ocorrem, os mesmos são participativos. Assim, sendo perguntados sobre quais as principais capacitações que eles tiveram acesso durante o tempo em que exercem a função no CRAS ou CREAS, 100% apontaram para a predominância de formações técnicas relativas ao manuseio digital de plataformas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Frente a isso, prova atenção a preocupação por parte da política com o

majoritário não são visibilizadas dentro de suas particularidades.

4 A partir dos estudos de Saffioti (2004) entendemos que gênero por si só não aponta para a parte oprimida dentro das relações, nesse sentido o patriarcado permite explicitar que são as mulheres que sofrem os rebatimentos dessa relação. Desse modo, utilizamos o termo relações patriarcais de gênero.

controle e repasse de informações, numa perceptiva que pode se pautar apenas na forma técnica e mecânica de executar o trabalho, ao passo que se identifica uma ausência de capacitações relacionadas ao aspecto qualitativo das demandas, que envolve aquelas mais recorrentes, bem como as particularidades sociais do público majoritário.

Ademais, consideramos importantes as capacitações colocadas para os processos de alimentação de sistemas, informatização de prontuários, entre outros que facilitem os processos comunicativos entre os serviços socioassistenciais das esferas municipais, estaduais e federais, contudo destacamos que as capacitações citadas não garantem o aprimoramento dos profissionais para execução do Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos - PAIFI e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI que, segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) são centrais e obrigatórios, respectivamente, dentro dos CRAS's e CREAS.

Para tanto, os entrevistados além de listarem quais as principais capacitações dentro do serviço, de modo também unânime afirmaram nunca terem participado de formações que tratem da especificidade da discussão acerca desigualdade de gênero e de raça dentro da Política de Assistência Social.

Como já citado anteriormente neste estudo, pesquisas apontam para uma predominância de mulheres negras usuárias da Política de Assistência Social. Nesse sentido, é extremamente preocupante que a política omita a discussão das categorias gênero e raça dentro dos serviços em termos de capacitação, uma vez que se trata da omissão à relevância das próprias características do seu público.

Entendemos que identificar o perfil do público da assistência social e problematizar as características é conhecer a realidade do público e ainda, como diz a entrevistada, “[...] *Os profissionais não entram de forma automática a realizar um serviço, mas a gente ter que tomar consciência do que a gente trabalha*” (Entrevistada 12).

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004), constituem o público da assistência social indivíduos e famílias que estão em situação vulnerabilidade social e risco social, sendo o CRAS a unidade de proteção social básica para atender demandas de indivíduos e famílias que não estão com os

vínculos familiares e/ou comunitários rompidos; e o CREAS a unidade de proteção especial que atende famílias e indivíduos quando estes vínculos já estão rompidos, isto é, quando estes estão em situação de violação de direitos.

Nesse sentido, tanto os CRAS quanto o CREAS abarcam famílias e indivíduos em condição de vulnerabilidade social, assim, resultando em um perfil de usuárias/os com características semelhantes. Sabe-se, pois, que esta vulnerabilidade não é resultado de um contexto individual das famílias e indivíduos, mas das determinações sócio históricas e estruturais da sociedade capitalista, que se funda e se mantém pela exploração da classe trabalhadora.

Ademais, sabe-se também que esta exploração se dá sob uma racionalidade que cria um modo de exploração diferenciado, este segundo o gênero e a raça (CISNE; SANTOS, 2018), de modo a introduzir estas categorias a uma especificidade na desvalorização e superexploração da força de trabalho, alargando mais ainda a desigualdade que na presente sociedade é também de gênero e de raça. A vulnerabilidade social é, assim, resultado de uma sociedade extremamente desigual.

Costa (2014) sob a ótica de Azevedo (2010), ressalta que a partir da visão econômica social, a desigualdade não pode ser pensada enquanto um conceito em si já que seu sentido apenas se expressa e se atrelada às relações históricas entre os papéis sociais e as estratificações que colocam os sujeitos em posições favoráveis ou desfavoráveis em termos de lugar social.

Por estas vias, para Yazbek (2016) a pobreza é uma face do descarte de mão de obra barata, que faz parte da expansão do capitalismo brasileiro. Expansão esta que cria uma população sobrando, cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente da instabilidade da luta do dia a dia. É uma realidade presente no cotidiano dos sujeitos usuárias/os da política de assistência social, visto que é para estes que ela se destina, tendo em vista que são estes os que estão em vulnerabilidade social, conforme a PNAS (2004).

Para tanto, é imprescindível a associação das contradições de gênero e raça com o processo de vulnerabilidade social dos indivíduos e famílias, a considerar a condição de “subalternos” e de “necessitados” que a política de assistência social

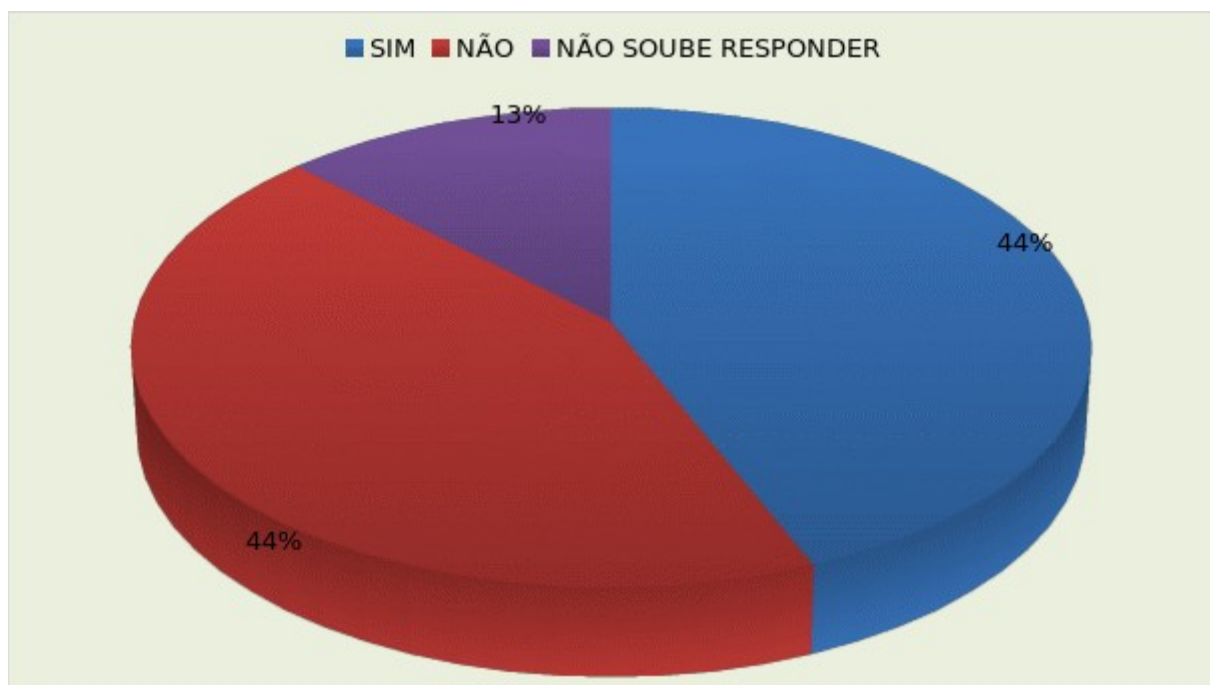
abarca. Assim sendo, identificamos a contradição dentro da política ao omitir gênero e raça dentro das discussões de capacitação a profissionais.

Dentro dessa problematização e frente aos resultados da pesquisa, apenas 2 dos 16 entrevistados negam a relação entre vulnerabilidade social e a desigualdade de raça e gênero e 14 desses relataram que acreditam que estas categorias contribuem para o processo de vulnerabilidade social dos indivíduos e famílias.

Frente a isso, então, o questionamento posto é: A política de assistência social, então, por intermédio dos serviços de referência como o PAIF, PAEFI e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFF consegue absorver usuárias/os levando em consideração estas particularidades de gênero e raça? Caso isso ocorra, de qual forma esse trabalho é realizado?

Foi resultado dessa indagação em termos quantitativos: 44% dos entrevistados responderem que sim e 44% não. Também houve 12% que relataram não saberem responder, como fica posto a seguir:

Gráfico 1 –A execução dos serviços e programas da Política de Assistência Social e a consideração dos determinantes de raça e gênero



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Ressaltamos a forma diversa como as/os profissionais analisam as categorias dentro da política de assistência social, além do número igual de profissionais que relatam perceber estas discussões no cotidiano do exercício profissional, em detrimento das/os que não percebem. Chama atenção ainda o número de profissionais que relatam não saber responder. Nesse sentido, podemos afirmar que estas/os, na verdade, sequer já tinham pensado nestas categorias dentro do espaço de trabalho.

Acerca dos que relataram não observar estas discussões dentro dos serviços supracitados de modo discursivo, ressaltaram:

“Eu acho que a política de assistência consegue absorver a demanda vulnerabilidade social nesse serviço sim, mas tendo atenção a essa particularidade de cada um com recorte de gênero e raça eu acredito que não. É uma coisa que é pouco trabalhada ainda na política de assistência principalmente no trabalho de prevenção do PAIF e no SCFV que é um trabalho de prevenção, não é dada essa atenção necessária para essa especificidade da demanda, ser uma demanda de desigualdade de gênero e de raça é atendido é de forma unitária é uma forma generalizada para todas as demandas de vulnerabilidade social e não leva em consideração essa particularidade de desigualdade de gênero e raça[...]”(Entrevistado 4).

Tais percepções foram as que se repetiram também nas demais falas que indicaram não observar um trabalho dentro dos serviços supracitados que considere as dadas particularidades das/os usuária/os. Tal forma generalista que se refere as/os entrevistadas/os comunga em uma naturalização das relações postas tanto ao gênero, como a raça e a classe; uma análise assexuada e arraciada, que se reduz a tão mencionada vulnerabilidade social.

Pode se dizer que se considera vulnerabilidade social por si, não como algo que é reflexo das desigualdades, ou estes têm um conceito fragilizado acerca das implicações da desigualdade, que essa enquanto expressão da questão social, tem condicionantes políticos, econômicos e sociais. É incoerente que os sujeitos usuários da política sejam vistos apenas na condição de vulnerabilidade em si.

Ademais, trazemos tais indagações postas a estes serviços, pois identificamos que tanto o PAIFI como o SCFV, segundo as Orientações Técnicas do CRAS (2009), trabalham com famílias e indivíduos dentro de um caráter preventivo de situações de

risco social, cujo objetivo é fortalecer os vínculos familiares e/ou comunitários. Objetivo também comum ao PAEFI, sendo que este se destina a indivíduos e famílias que estão em situação de violação de direitos. Desse modo, o objetivo é romper o ciclo de violência e fortalecer os vínculos, tal como concretizar seus direitos e acompanhar até que não haja mais violações (BRASIL, 2011).

A orientação é que possam discutir a realidade de seus territórios e identificar potencialidades que contribuam com a superação dos conflitos, assim:

As oficinas com famílias propiciam a problematização e reflexão crítica das situações vividas em seu território, além de questões muitas vezes cristalizadas, naturalizadas e individualizadas. Elas possibilitam o entendimento de que os problemas vivenciados particularmente, ou por uma família, são problemas que atingem outros indivíduos e outras famílias reconhecendo, desta forma, nas experiências relatadas alternativas para seu enfrentamento. Buscam, ainda, contextualizar situações de vulnerabilidade e risco e assegurar a reflexão sobre direitos sociais, proporcionando uma nova compreensão e interação com a realidade vivida [...](BRASIL, 2012, p.24).

É posto como a ideia do PAIF, em seu formato enquanto serviço, foi construído de forma que venha possibilitar as/os usuárias/os a exporem as suas insatisfações, desafios e problemáticas. Assim como direcionam profissionais a orientações que se pautem numa lógica que enxerguem estas inquietudes como resultado de problemas não individuais, mas reflexos do lugar social que os mesmos ocupam.

Desse modo, questiona-se, então, como isso tem sido realizado e quais os reflexos na vida dos sujeitos. Assim, para compreender tais questões, analisamos as falas dos que disseram identificar trabalhos dentro dos serviços considerando gênero e raça no cotidiano profissional:

“A gente tenta fazer esse trabalho assim, eu acho que a gente tenta fazer esse trabalho, principalmente de conscientização é, mostrar que, que nós somos iguais, que não somos diferentes por conta de gênero e raça. A gente tenta nas orientações sociais fazer trabalho de conscientização desde as crianças, principalmente né..., porque a gente enxerga que precisa trabalhar muito esses temas, que a gente chama temas transversais, né, com essas crianças principalmente, pra que elas cresçam já com essa consciência. Então a gente trabalha dessa forma, a gente tenta passar essa orientação de que nós todos, todos são iguais, todos temos os direitos independente de cor, raça, gênero, entendeu? De raça e de gênero, a gente tenta passar esses valores para eles sim”(Entrevistada 13).

“[...]a gente trabalha em algum tema específico, é o preconceito é, a questão da

vulnerabilidade social é... Apesar de eles estarem passando por aquele momento de vulnerabilidade social não quer dizer que seja a vida inteira, que aquilo é momentâneo, e que aquilo não determina quem eles são, e muito menos a cor dele, o padrão de vida que eles levam. [...] desmistificar um pouco essa questão de gênero, de raça, da vulnerabilidade social que a gente trata como se fosse passageira que todo mundo tem condições de sair de onde está, claro com ajuda do estado, com ajuda do serviço que a gente promove e de cada um de nós né, enquanto sociedade”(Entrevistada 11).

Apresenta-se como preocupante a forma como as/os profissionais compreendem e reproduzem a discussão para os usuários, de modo a contribuir com o discurso universalista que tem ganhado força na contemporaneidade e tem sido usado como força política para, inclusive, desmerecer as lutas de movimentos sociais, representantes dos grupos oprimidos. Discursos como “somos todos iguais” se tornam clássicos para negar a desigualdade estrutural presente no cotidiano.

Nota-se na fala uma expressão do mito da democracia racial, cuja funcionalidade está mediada por cunhos políticos ideológicos de negação do racismo e apagamento da identidade racial negra no Brasil (CARNEIRO, 2011). Trata-se de um discurso incapaz de tencionar a realidade que se expressa por uma sociedade que, ao longo do tempo, nos formou socialmente diferentes, colocando as diferenças humanas de forma negativa e como pretexto para construir essas desigualdades.

Importa, de modo muito significativo, ressaltar que do ponto de vista do estudo crítico sobre raça observamos que a forma como as profissionais se expressam aponta para a forma também mais superficial e banalizada da interpretação do racismo na sociedade brasileira. É quando o mesmo é visto de maneira apenas individual e que, para superá-lo basta cada um fazer a sua parte. Assim, nas palavras de Silvio de Almeida, cabe destacar que:

Sob este ângulo, não haveria sociedade ou instituições racista, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo. Desse modo, o racismo, ainda que possa ocorrer de maneira indireta, manifesta-se, principalmente, na forma de discriminação direta. Por tratar-se de algo ligado ao comportamento, a educação e a conscientização sobre os males do racismo, bem como o estímulo a mudanças culturais serão as principais formas de enfrentamento do problema (ALMEIDA, 2019, p.36).

O equívoco do “combate” ao racismo pautado na limitação da concepção individual é que a mesma transfere apenas para os indivíduos a sua prática e a responsabilidade de “superá-lo”, pois vê o racismo como algo que se restringe a

comportamentos apenas de indivíduo a indivíduo ou de grupo a grupo, omitindo a sua complexidade e gravidade posta condição de estrutural frente às relações sociais.

Trata-se de identificar o racismo como uma questão de caráter, má conduta de alguém, irracionalidade, falta de noção (ALMEIDA, 2019), comportamentos que precisam ser corrigidos. Na concepção do racismo individual vislumbra-se a ideia de conselho e conscientização para os racistas, motivação e superação individual para os que são atingidos por ele, em um aspecto moralista.

Nesse sentido, é necessário indagar, que segundo Almeida (2019) o racismo no Brasil é estrutural, não se tratando apenas de discriminação ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribui entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas.

Em outras palavras, segundo o autor o racismo do ponto de vista histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente a população negra seja discriminada de forma sistêmica. “O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica” (ALMEIDA, 2019, p. 50).

Ademias, entendemos que a forma imperativa indicada pelas profissionais, de orientar as/os usuárias/os de que as/os mesmas/os têm condições de sair da situação, independente da raça e do gênero, sem mencionar as determinações estruturais presentes, configura-se como uma forma muito recorrente na contemporaneidade posta pela ideia de “empoderamento” aos sujeitos, sobretudo a mulher. Tornando-se problemático quando se pauta em reflexão e sugestões restritas a forma cultural, negando a estrutura.

É nesse sentido que a noção de “empoderamento” pode causar equívocos e distanciamento das discussões postas pelos movimentos feministas antirracistas anticapitalistas, que no presente estudo acreditamos. Para estes movimentos, na verdade, o termo deve significar um instrumento de contribuição com a luta contra o patriarcado e racismo e promoção da emancipação das mulheres. Contudo, é válido destacar que o termo tem sido muito utilizado a serviço do neoliberalismo e do reforço aos papéis sexistas construídos para as mulheres (SAFFIOTI, 2004).

Em síntese, é possível imaginar como se faz confuso as/os usuárias/os ouvirem que “somos todos iguais”, independente de gênero, raça e condição de vulnerabilidade social, quando em seus corpos se expressam as mais diversas formas de contradição; quando no seu cotidiano ser mulher a faz ter dificuldades na inserção no mercado de trabalho, ser estereotipada. Ainda, ser negra e pobre torna isso ainda mais recorrente e perverso.

Desse modo, aos que vivem isso no dia a dia e, muitas vezes, não compreendem de forma nítida as contradições que implicam esta relação como algo construído, além de refletir em si, por vezes, sentimento de rejeição e culpa, este discurso carregado de aspectos meritocráticos torna a realidade ainda mais confusa e violenta.

Ademais, entendemos a importância da consciência individual sobre o racismo e a importância das mulheres se encorajarem para lutar contra o patriarcado e racismo. Contudo, colocamos que se estas discussões não estiverem dentro da noção de que tanto o racismo quanto a desigualdade de gênero, mediada pelo patriarcado, expressam-se por determinações estruturais e pela forma que foram institucionalizados no Brasil, estas reflexões terão resultados contrários.

Com efeito, reafirmamos a preocupação com a forma como minimamente ocorrem as discussões de gênero e raça dentro da política de assistência social. Por isso, é cabível se pensar sobre quais os feitos que estas discussões desenvolvidas de tal forma têm causado e vem a causar no cotidiano das/os usuárias/os e na estruturação da própria política.

Os serviços do PAIFI e SCFV, sobretudo com as atividades de oficinas, devem ser espaços dentro da Proteção Social Básica capazes de facilitar aos usuários a dialogar sobre suas realidades, descrever a forma como isso impacta seu cotidiano e assim, pela política, serem instruídos, dentro da noção de cidadania aos seus direitos, bem como estratégias que possam tencionar minimamente a realidade (BRASIL, 2012). Contudo ocorre que tal forma de omissão ou de equívocos na forma como isso é trabalhado, por vezes, resulta na contribuição da ordem da racionalidade do sistema capitalista predominante, este que redesenha contradições de raça e gênero na sociedade brasileira.

4 CONCLUSÃO

A política de assistência social e os rebatimentos do lugar social posto à mulher negra se articulam dialeticamente à conformação de uma série de contradições em torno da efetivação da referida política, desenhando a negação de direitos a estes sujeitos, uma vez observadas duas faces a esse processo, sejam elas: a inserção majoritária de mulheres negras na condição de usuárias da política e a negação de sua predominância nesse espaço, trata-se de uma reafirmação do seu lugar socialmente estruturado em paralelo ao não reconhecimento enquanto centralidade da política. É uma inserção não inserida.

Nesse sentido, cabe em linhas conclusivas também a mediação de dois pontos frente ao referido estudo: o primeiro é a persistência da naturalização das condições dadas estruturalmente ao lugar social posto às mulheres negras; a segunda é que a política de Assistência Social, uma vez omitindo as particularidades de gênero e raça das/os usuárias/os, reconfigura aspectos conservadores de não reconhecimento das particularidades dos indivíduos a partir de uma lógica estrutural individualizante.

Ademais, a gênese da Política de Assistência social, mediada pela caridade e o assistencialismo, não considerava que a condição dos sujeitos estava determinada a questões econômicas, política e sociais. É válido perceber e questionar as roupagens desse caráter na cena contemporânea dada a intervenção do Estado, mediante políticas sociais, regida por ordenamentos constitucionais, ainda possuir aspectos que naturalizam as condições das usuárias enquanto necessitadas da política.

Nesses termos, é nítido que mesmo com a criação das políticas sociais e a expansão da noção de direito em torno da seguridade social não há uma relativa mudança do Estado em romper com a manutenção das condições subalternizadas a sujeitos que foram historicamente negligenciados, uma vez que embora a política se coloque enquanto alternativa, contribuindo com as necessidades de subsistência às mulheres negras, o não reconhecimento dessas mulheres enquanto público

predominante dificulta se problematizar o porquê de justo os seus corpos sempre estarem naquele espaço, sendo as que da política necessitam.

Entendemos a urgência da identificação das categorias gênero e raça, inclusive nos instrumentais utilizados nos serviços da política de assistência social como os CRAS's e CREAS para execução consciente do trabalho de uma política que possui mulheres negras no seu centro. É necessário que gênero e raça estejam na centralidade da efetivação da política, visto o reconhecimento da não homogeneidade dos sujeitos.

Dentro desse processo reafirmamos a necessidade de capacitações aos profissionais, uma vez que, como apontado no decorrer do estudo, considerar que a discussão sobre raça e gênero não garante a existência de reflexões críticas. Portanto é a criticidade ao apontamento das relações econômicas políticas e sociais em torno das contradições de gênero e raça na sociabilidade capitalista racista patriarcal que permitirão uma problematização capaz de tencionar a realidade.

Ademais, os dados possíveis de produzir a partir dos instrumentais mencionados além de subsidiar o exercício do trabalho, também são relevantes nesse processo de capacitações, uma vez que as informações possibilitadas pelos indicadores se colocam como materiais de pesquisas nos diversos estudos que analisem criticamente as contradições dessa relação, frente a cenários conservadores que mediam políticas sociais.

Outra questão se coloca é a reprodução tanto do mito da democracia racial, quanto da falácia da superação da desigualdade entre homens e mulheres, em nome de uma homogeneização dos processos, e uma lógica quantificável de atendimento as demandas da Política de Assistência Social, o que descarta os elementos concretos de uma realidade marcada pela diversidade e ancorada na exploração desenfreada de determinados corpos, onde ressoam elementos de uma diferença negativada, questão essa que retroalimenta o circuito de produção e reprodução ampliada das desigualdades sociais no âmbito do capitalismo.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALMEIDA, S., L.; SUELI, C. **Racismo Estrutural. Feminismos Plurais.** São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).** Versão preliminar. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006.

BRASIL. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. 2011. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre o PAIF.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

BRASIL. Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos dos SUAS: NOB-RH/SUAS.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO Graziela, Figueiredo. **A Assistência Social no Brasil: da Caridade ao Direito.** 2008. 58 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Direito) - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CISNE, Mirla. **Serviço Social: Uma profissão de mulheres e para mulheres? Uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão.** 2004. 205 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

CISNE, M.; SANTOS, S., M., M. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

DATA SOCIAL. **Quantidade de beneficiários do programa Bolsa Família**

segundo cor ou raça. 2015. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov>. Acesso em: 30 jul. 2020.

FERREIRA, Gracyelle, Costa. Assistência Social: A Cor dos (As) que dela necessitam subsídios para o Debate sobre a Transversalidade Étnicoracial e de Gênero no Centro de Referência de Assistência Social - Cras. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL*, 2., 2014; *ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL*, 9., 2014., Vitória, ES. **Anais** [...]. 2014. Vitória, ES, 2014.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, 1984.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. São Paulo: Cortez, 1999.

COSTA, Gracyelle. **Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam**. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro: v. 38, n. 38, 2017, pág. 227-246.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

,